

# Atraso econômico, democratização política e consumo

Raimundo Santos

Professor do CPDA/UFRRJ.

*"Fazer política é interpretar a história". (Gramsci)*

Um releitura do tema da modernização das sociedades agrárias, quer na bibliografia marxista, quer na literatura da história comparada — especialmente se nos autores mais presentes em certas reflexões pecebistas — pode constituir-se um exercício arqueológico-desconstrutivo do imaginário jacobino-leninista não de todo destituído de sugestões surpreendentes para compor uma agenda à nova cultura política da esquerda brasileira.<sup>(1)</sup>

O fato de que, quando se fala em modernização, os nomes que logo vêm à mente, antes dos marxistas, sejam Weber, Rostow, Gerschenkron, Eisenstadt, recomenda, e não desmerece em nada, que se inicie por eles a colocação do problema destas notas. Incluída também a referência à sociologia da modernização latino-americana, que, resumindo o *aggiornamento* desenvolvimentista do pós-guerra, há mais de trinta anos atrás, formalizava a tese de que os investimentos em setores dinâmicos espalhariam efeitos para as demais estruturas sociais.

Sem aumentar a extravagância, talvez ainda se possa lembrar a disputa tão antiga de Rosário Romeo contra a tese gramsciana sobre o *Risorgimento* como uma controvérsia bem expressiva da distância que sempre separou os caminhos da historiografia: enquanto o longuíquo autor, expressando ponto de vista mais geral, vê qualquer brote de revolução agrária como tumulto à acumulação, de efeitos depressivos à agricultura e que só traria as maiores dificuldades para a modernização; o segundo fazia da *andata al popolo* dos "jacobinos italianos" "ideológica-

mente um programa democrático", na verdade o que lhes faltara para se colocarem à frente do *Risorgimento*, fazendo daquele processo um patamar incontornável para uma modernização tempestivamente ocidental.<sup>(2)</sup> Economia e política, como, de resto de outras, iriam ser o par dessa eterna discussão. Na tradição desses tipos de explicações macrosociais, sempre se associaram atraso econômico, estruturas agrárias, crescimento e classes urbanas, ideologias modernizantes; revoluções e remodelações institucionais; pontos recolhidos da história comparada, necessários para a colocação do problema, embora tal bibliografia venha acumulando muitos impasses ao passar do tempo.<sup>(3)</sup>

## a) Modernização e política

Um primeiro texto, não dos mais heterodoxos, que em certo sentido suscita a discussão sobre o modelo único de modernização é o velho livro de Rostow. O fato de que ele considere o marxismo como uma teoria modernizante a mais e o veja como um hegelianismo de etapas inexoráveis, apesar das muitas aporias do seu próprio modelo, não lhe retira o interesse pelas comparações.

Fascinado pela Grã-Bretanha oitocentista — onde vigente a dialética econômica —, Marx restringira o seu estudo, menospre-

1 - Este texto retoma argumentos de *O pecebismo inconcluso*, 2a. ed., ed. EDUR/Sociedade do Livro, Rio de Janeiro, 1994.

2 - Cf. "Rosário Romeo y la acumulación de capital", in A. Gerschenkron: *El atraso económico en su perspectiva histórica*, ed. Ariel, Buenos Aires, 1966.

3 - Eisenstadt resenha as interpretações do fenômeno revolucionário para cobrar-lhes o equívoco da exclusividade da revolução como único meio de transformação das sociedades. Cf. *O papel da revolução na transformação das sociedades*, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

*O fato de que, quando se fala em modernização, os nomes que logo vêm à mente, antes dos marxistas, sejam Weber, Rostow, Gerschenkron, Eisenstadt, recomenda, e não desmerece em nada, que se inicie por eles a colocação do problema destas notas.*

zando outras experiências. Nunca decifrara, por exemplo, a história russa, e a sua concentração num único caso o prendera a uma imagem simplista do industrialismo. O apego à classe média e ao motivo do lucro dos economistas clássicos o levou a desconsiderar o papel do nacionalismo, decisivo nas vias "não-clássicas" de modernização, não lhe permitindo equacionar satisfatoriamente o problema do Estado independente moderno. Definindo o seu sistema categorial até 1848, quando depois nada mais lhe pareceu relevante, naturalmente as suas projeções teriam que enfrentar não poucos problemas<sup>(4)</sup>.

Inclusive a complementação dessa filosofia econômica mediante o politicismo do estudo leniniano sobre o imperialismo só ganharia notoriedade em 1914-18 e, todavia, na crise de 1929. E isso enquanto a enfermidade capitalista prolongara-se e não se preparara o sistema para o pleno emprego e a entrada em cena dos novos setores (moradias suburbanas, automóveis, duráveis, serviços, etc); como na experiência americana de passagem para o consumo de massa. Enquanto técnica política, o leninismo cumpriria na URSS função formidável, tanto na conquista do poder como durante a criação das pré-condições para o industrialismo à semelhança da restauração Meiji, não podendo erigir-se modelo para as sociedades complexas.<sup>(5)</sup>

Agrupando outros casos, sobretudo a experiência alemã do "nacionalismo reativo", das coligações pluriclassistas e da nova função do Estado, o historiador econômico pretendeu que as suas etapas econômicas tivessem valor geral. Porém o seu "manifesto não-comunista", recheado de indeterminismo e com base numa análise setorial *per se*, tão-somente produziria uma tipologia de boas sugestões, ocidentalista e aleatória (pois agrega casos atípicos, ao tempo em que nega caráter modelar às singularidades, como as prussianas); no final de contas não passando de uma formalismo universalista, sem oferecer generalizações de real valor heurístico.

Abrindo a perspectiva analítica, Eisenstadt fará advertências exemplares acerca das limitações

*Enquanto técnica política, o leninismo cumpriria na URSS função formidável, tanto na conquista do poder como durante a criação das pré-condições para o industrialismo à semelhança da restauração Meiji, não podendo erigir-se modelo para as sociedades complexas.*

do conceito de "revolução pura" — uma auto-imagem construída a partir de elementos colhidos da história comparada, tais como: *totalidade* da mudança revolucionária, *descontinuidade* e *novidade* (violência) em relação ao *ancien régime*; todos eles traços das "grandes revoluções", modernas e contemporâneas. Como causas, frustrações e distúrbios de raízes profundas; deslocamento de elites, mudancismo generalizado, ruptura com o passado, novas ideologias, como seus resultados — com tais traços a "revolução pura", na reclamação de Eisenstadt, só se configuraria em contextos específicos, não constituindo, assim, único mecanismo de transformação das sociedades. Ao considerar outros casos tão importantes quanto os da "revolução pura", a identificação dos processos não-revolucionários de transformação social, bem como das experiências modernizantes das sociedades tradicionais, passaram ser uma das tarefas cruciais da historiografia.<sup>(6)</sup>

Barrington Moore, o pesquisador das várias vias de "construção do mundo moderno", é outro autor que também contribui para enfraquecer a idéia de modelo único. Não por acaso, a sua recepção no Brasil deve-se mais à variante da "modernização conservadora", pelos pontos característicos do modelo: mudanças agrárias conducentes ao crescimento nacional;

meios políticos para sujeitar a mão-de-obra ao estilo das plantations escravistas; sucessão de coalizões e governos conservadores empreendedores da "revolução pacífica pelo alto"; a presença estatal estimulando a construção industrial, conservação das estruturas sociais, etc.

Como observa Elisa Pereira Reis, o fato que Moore priorize em sua obra a revolução clássica não é relevante conquanto ele o faz por postura ético-moral que a focaliza como locus concretizador dos ideais de racionalidade, justiça e igualdade. Inclusive Theda Skocpol insiste em dizer que, ao defini-la pelo sistema político, diferentemente dos outros modelos, a "via política" clássica termina sendo residual na construção de Moore. Além disso, o próprio Moore adverte sobre o uso abusivo da categoria de "revoluções burguesas", chamando a atenção para a necessidade de se distinguir entre as forças participantes da revolução e os grupos que se beneficiam dos seus resultados institucionais.

É útil também registrar as principais objeções a Moore. Enquanto a mais importante delas refere-se ao seu determinismo social, em lugar de uma conexão melhor entre economia e grupos agrários, impedindo-o de ver os atores sociais como sujeitos capazes de escolhas políticas; muitos outros autores chamam a atenção para o fato de que a consideração sobre o Estado se limita às habilidades das chefias políticas nos processos modernizantes tipo Cavour e Bismarck, em vez de reconhecer a importância do aparato de poder como tal na construção da nova ordem.

Na esquerda, o marxismo sempre foi lido como uma mudança rupturista à margem desse comparativismo, embora já se ob-

4- O malthusianismo marxiano não se confirmou num crescimento suicida do exército (de reserva) de desempregados, nem a teoria sobre os salários (reais) estagnados levou ao colapso capitalista. Depois, o sistema não só registrou a aceitação dos sindicatos e crescentes intervenções políticas na economia, como produziu o resultado inesperado do Welfare State num sistema decisional não orientado exclusivamente pela maximização do lucro. Idem.

5 - Op. cit.

6 - Op. cit.

servara que ele também se alimentava duma espécie de iluminismo político das forças produtivas. E mais: a tradição é a do Manifesto Comunista e a da sua teoria das duas revoluções, embora existam reflexões menores que equacionam os problemas transparentes naquelas críticas às "vias políticas" de Moore, aparecendo em tais autores como pontos favoráveis à crítica da unilateralidade da própria historiografia marxista.

É temerário dizer que o texto engelsiano sobre o programa de Erfurt (1891) encerre uma espécie de "problematização oculta". Mas ao refletir sobre o padrão prussiano de capitalismo, Engels se inclinou para a problemática das vias não-clássicas e para um segundo problema, sobretudo à hora de definir claramente a república democrática como instrumento de acesso ao socialismo, ao invés da fórmula francesa da ditadura do proletariado. Engels tinha em mente uma "revolução democrática" diversa da estratégia oitocentista do Manifesto, como afirma na introdução de 1895, defendendo as instituições democráticas como meios idôneos para alcançar, naquele capitalismo já estruturalmente transformado do final do século, o socialismo.

Contudo, o interesse pelas vias não-clássicas de desenvolvimento burguês e a reformulação da política socialista vai aparecer muito mais claramente depois, em textos que tampouco terão aproveitamento no marxismo oficial —principalmente os de Lênin e Gramsci. Enquanto só os escritos deste último, em posição solitária, chegam a questionar o modelo causador dos tantos impasses dos anos 20, 1917 dramatiza a divisão entre o socialismo evolucionário sensível à "reorganização do capitalismo maduro", e o marxismo comunista mergulhado na busca das contradições do sistema, para reiterar a teoria da história como revolução.

Não obstante a tarefa de conservação doutrinária auto-imposta, a Lênin não lhe passou despercebido o problema dos impasses a que se veria submetido o estrategista se restringisse os seus horizontes ao paradigma da revolução

---

*Engels tinha em mente  
uma "revolução  
democrática" diversa da  
estratégia oitocentista  
do Manifesto, como  
afirma na introdução de  
1895, defendendo as  
instituições  
democráticas como  
meios idôneos para  
alcançar, naquele  
capitalismo já  
estruturalmente  
transformado do final  
do século, o socialismo.*

---

burguesa, como ilustrariam as suas próprias análises sobre a Rússia (O desenvolvimento do capitalismo na Rússia, Quem são os amigos do povo, o segundo folheto sobre 1905), sobretudo este último já referenciado pela via não-clássica alemã. Embora, longe dele qualquer propensão à revisão do marxismo ou extrair da posta em dúvida do modelo clássico alguma veleidade liberalista como, noutra rumo, caminhariam Berstein e Kautsky.

Em dois textos próximos — Duas táticas da social-democracia (1905) e O programa agrário da social-democracia russa (1907) — Lênin correlaciona capitalismo e transição política no processo de conformação dos blocos agrários, donde o desfecho dos rumos da modernização — pelo caminho prussiano, se o protagonismo do processo permanece nas mãos dos grandes proprietários; ou pela via farmer se forem os camponeses os condutores das mudanças agrárias. A leitura a nível da formação social lhe mostrava a dramaticidade da situação e o tensionamento dos atores, convertendo aquela transição do tradicional para o moderno numa disputa pelo poder ainda inconclusa; e daí, o cálculo político de sucesso: a democratização da sociedade poderia desdobrar um processo que, nascido bur-

guês, mas conduzido por forças jacobino-populares, haveria de abrir caminho para outra ordem social.

Anos depois, Georg Lukács vê limitações nessa sociologia ao observar que a colocação leniniana sobre o prussianismo "não deve entender-se referida somente à questão agrária em sentido restrito", e ensaia estender o modelo de Lênin a todo o desenvolvimento capitalista, inclusive à compreensão da ideologia irracionalista da sociedade burguesa alemã contemporânea.<sup>(7)</sup>

Gramsci teria vocação para cumprir uma dupla tarefa: de um lado, à de relançar os efeitos da investigação da sociologia das classes/ideologia dos antecessores, para a problemática dos atores políticos no campo da "análise de situações", realizando operação inaugurativa de "uma nova ciência política". Diferentemente de Marx e Engels que valorizam as grandes figuras da esquerda *risorgimentista*, Gramsci corrige o lugar comum e esclarece que a unificação italiana, entre as soluções republicana e a da dinastia dos Sabóias se resolvera de modo conservador muito em função das atitudes do Partido de Ação.<sup>(8)</sup> Seu argumento deriva da comparação entre o radicalismo jacobino francês, que cumprira função dirigente radicalizando os aliados agrários e empurrando a burguesia para a ruptura radical com o passado; e as debilidades do partido nacional-popular italiano, hesitando em empreender a revolução agrária.<sup>(9)</sup>

É o seu recorte, ancorado nos cânones do "Prefácio" de 1859, todavia com os critérios da análise de situações, que lhe permite a

---

7 - Cf. "Algunas características del desarrollo histórico de Alemania" in *El asalto a la razón*, Barcelona, 1976. Carlos Nelson Coutinho vê tal comentário —citado, não do ensaio anterior, mas de *Lenin (la coherencia de su pensamiento)*, Grijalbo, México, 1970 —uma sinalização para as dimensões superestruturais do prussianismo, melhor equacionada pelos comentários gramscianos sobre o *Risorgimento*. Cf. Gramsci — *um estudo sobre seu pensamento político*, Campus, Rio de Janeiro, 1989.

8 - Cf. Manlio Macri: "Gramsci en escorzo", introdução a A. Gramsci: *El "Risorgimento"*, Granica, Buenos Aires, 1974.

9 - Antonio Gramsci, *El "Risorgimento"*, op. cit.

Gramsci se afastar com originalidade tanto da oleografia tradicional como do politicismo na interpretação do Risorgimento. A riqueza em si do conceito de revolução passiva estaria no registro dos movimentos de restauração/conservação da velha ordem; e no de renovação/incorporação do moderno. Ademais, pelas outras "causas-efeitos" que completam a equação: a função hegemônica que o "Estado-Piemonte" exerce, ou seja, o protagonismo do Estado em substituição ao grupo hegemônico do modelo clássico; e o consenso que a coalizão no poder necessita para realizar uma "ditadura sem hegemonia" mediante transformismo, quer via absorção de lideranças, quer pela cooptação de camadas sociais inteiras, gerando tal processo uma nova classe dirigente.

Essa reflexão leninista-lukacsiana, apesar da ambigüidade em considerar a variante conservadora mais como dificuldades de uma tendência geral, não colocava o tema das "revoluções pelo alto" como tal. Em todo caso, esses autores já percebem, diferentemente da moldura clássica, a importância do Estado no processo burguês, reconhecendo-lhe de algum modo função supletiva à missão dos grupos sociais. Ao conservarem o viés econômico da sociologia classista, não chegam além de uma postura de realismo político, como no primeiro publicista; nem ultrapassam a flexibilização da estratégia socialista já definida ao modo engelsiano, como é notável em Lukács, que o relança cinquenta anos depois.

Já a tese gramsciana sobre o Risorgimento italiano, ao utilizar um contexto explicativo histórico-cultural bem mais vasto e complexo constitui uma variante da interpretação marxista da modernização burguesa de possibilidades analíticas bem maiores. A originalidade consiste em que Gramsci estuda a debilidade da sociedade civil e do Estado no marco da cultura italiana inteira, vale dizer, desde o ponto de vista da cultura. Ele não somente pretende priorizar a importância das massas na política (signo de 1929), como persegue outro objetivo: mostrar a necessi-

*Essa reflexão leninista-lukacsiana, apesar da ambigüidade em considerar a variante conservadora mais como dificuldades de uma tendência geral, não colocava o tema das "revoluções pelo alto" como tal.*

dade da formação de uma vontade coletiva capaz de realizar a "revolução contemporânea", a necessidade de unir baixa e alta culturas; em suma, a identidade entre história, filosofia e política.<sup>(10)</sup>

À medida que Gramsci, olhando para o Prefácio de 1859, desenvolve a problematização axial do "como surge o movimento da história dada uma estrutura determinada", a "irregular" revolução passiva emerge como uma categoria que poderia ser tomada como parâmetro reequacionador da relação modernização/política, o enigma da discussão do problema da formulação da política comunista.

A noção de revolução passiva contém várias dimensões: primeiro, o "paradoxo" de uma classe de profunda debilidade estrutural, "chamada" a realizar sua historicidade progressista numa circunstância em que o impulso mudancista não provém diretamente dela enquanto elite econômica, mas de grupos intelectuais que, realizando o Estado como absoluto, empreendem o curso modernizador; em segundo lugar, o caso mais emblemático ainda da revolução passiva do capitalismo financeiro, que converte o reformismo numa multidão de processos moleculares (desde as múltiplas formas da primeira fase até um outro tipo de transformismo, culminando na substituição do Estado separado por uma relação instituições-massas muitíssimo mais ampliada) e no desnaturamento do adversário. Em suma: a categoria assumiria uma dimensão de câno-

ne de interpretação historiográfica para referir não somente a formação dos Estados nacionais, mas também como elemento da ciência política, ou seja, revolução passiva como fenômeno histórico-universal que se estende da fase de reorganização corporativo-fascista da sociedade civil e da experiência americanista, até referir-se (só como cânone 1859?) cada vez mais a um novo mundo de novíssimos seres sociais e de uma outra cultura que, embora sem direções "objetivantes", há muito já disputam a orientação societária.<sup>(11)</sup>

b) Os clássicos pecebistas dos anos 50

Como o fim do PCB não era o mesmo que o fim da URSS e do marxismo-leninismo, pois em vida a sorte do "Partidão" sempre foi viver do seu "pragmatismo" gradualístico-frentista, também pode-se dizer que as contribuições da intelectualidade eurocomunista dos anos 80 tampouco foram meros artigos de importação, pois, igualmente, sua existência não foi senão o envolvimento com os dilemas do pecebismo contemporâneo. Nada melhor para suscitar a lembrança dessa contraditória relação de morte/vida que uma (ainda que breve) resenha comparativa, por exemplo, entre dois dos mais conspícuos publicistas dos anos 50 (Nelson Werneck Sodré e Caio Prado Jr.) e alguns dos eurocomunistas que se projetam na passagem da década de 70 para os anos 80 com uma ensaística lavrada sob chave de uma associação tripartite modernidade/política/democracia.

O tema da modernização das sociedades agrárias vai aparecer no pensamento dos intelectuais da ve-

10 - Mais do que nos modelos americano, inglês ou alemão, Gramsci se inspira na Revolução francesa, por ser ele a experiência mais "progressista" e "mais popular" não no sentido econômico, ou seja, por ser ali onde mais se realizou a contribuição harmoniosa entre os simples e os intelectuais. Cf. A. R. Buzzí: *La teoria política de A. Gramsci*, ed. Fontanella, Barcelona, 1969.

11 - Dora Kanoussi e Javier Mena desenvolvem essa "densificação" do conceito no livro *La revolución pasiva: una lectura de los Cuadernos de la Cárcel*, Univ. de Puebla, Puebla, 1985.

lha geração à hora que a causa da industrialização nacionalista, envolvente, ressoava na esquerda, mais como enigma, sem tematização clara. Quer na imagem de Brasil nelsonwerneckiana dos anos 50 e 60; quer na outra visão que, após descoberta de um precoce "capitalismo colonial" (que "não se generaliza" para o conjunto da formação social ainda "semicolonial"), como em Caio Prado. Essas teorias dos clássicos associam-se ao pecebismo contemporâneo de forma altamente significativa. Abstraída a "courage ideológica" de que uma vez falou Moisés Vinhas,<sup>(12)</sup> e dito de forma sumária: o esforço para compreender a "particularidade brasileira" teria levado Sodré à tática de frente única; enquanto, ao contrário, intuições brilhantes sobre a "formação do Brasil contemporâneo", teriam conduzido Caio Prado ao seu questionamento. As ambigüidades na explicação macrosocial desses autores não lhes teriam permitido contribuir melhor ao processo de substantivação da estratégia comunista dos anos 60 e 70. Nesse tempo, e até bem entrada a década de 80, a ajuda proveio da intuição/pragmatismo da própria direção partidária; sobremaneira, do pensamento dissidente latente nos poros do partido (a sua chamada "sociedade civil", como se dizia), de aparecimento certo e dramático na hora de maior precisão.

a. O enfoque "desenvolvimentista" de Sodré

Guido Mantega considera Sodré o principal responsável pela forma mais elaborada do Modelo democrático-burguês.<sup>(13)</sup> Doutra parte, a elaboração nelson werneckiana convergiria com o "Modelo de substituição de importações", para conformar, com as ideologias isebianas, o imaginário das forças mobilizadas em torno do nacional-desenvolvimentismo. Essa teoria de Brasil em Sodré explicita-se durante a sua militância dos anos 50 no Clube Militar e no seu próprio ingresso no ISEB; após mudança em seus referenciais teóricos, no abandono do materialismo vulgar e na assi-

---

*o esforço para  
compreender a  
"particularidade  
brasileira" teria levado  
Sodré à tática de frente  
única; enquanto, ao  
contrário, intuições  
brilhantes sobre a  
"formação do Brasil  
contemporâneo", teriam  
conduzido Caio Prado  
ao seu questionamento.*

---

milização plena do marxismo, registrando-se ainda nessa trajetória uma certa presença de Lukács, então visto como um dos marxistas mais criativos.<sup>(14)</sup> Manterá as teses controversas, sobretudo a da "regressão feudal" consagrada em Formação histórica do Brasil, por 30 longos anos, durante os quais, afora o PCB, nunca elas teriam acolhida expressiva, nem os seus escritos iriam servir como pontos de partida para investigações posteriores, como ocorre com Caio Prado Jr.; pelo contrário, lhe tributaram muita adversidade.<sup>(15)</sup>

Sodré relata que organizara a particularidade brasileira a partir de três premissas convergentes: a do desenvolvimento desigual, para focalizar a emergência do Brasil, a recomendar atenção na passagem do universal ao particular, como insiste; a noção de "contemporaneidade do não-coetâneo", também útil dada a diversidade das formas sociais e a extensão do país; e o aspecto congênito da transplantação dos elementos fundadores da sociedade dos descobridores.<sup>(16)</sup> As instituições agrárias importadas lhe pareciam de uso instrumental, sobretudo a da subordinação semi-feudal, o elemento mais realçado por Sodré como configurativo daquele mundo decadente; traço, aliás, merecedor da atenção dos seus interlocutores. Em Sodré, um mundo-remanescente - "obstáculo" a ser removido para dar curso pleno ao industrialismo, como deveria ter ocorrido em 1930 (uma "revolução

burguesa antilatifundiária"); e sobremaneira durante a "revolução brasileira", como ele chamava o tempo contemporâneo das transformações aceleradas e do crescimento rápido dos movimentos nacional-populares.<sup>(17)</sup>

A principal marca do autor consistiria na ênfase posta no atraso particularizante de uma ordem moderna ascendente; numa referência a um pretérito em declínio, sempre apostando numa lógica progressista a requerer a supressão do atraso econômico transversal à formação social. É curioso que, se em muitas e muitas páginas de Formação histórica do Brasil, Sodré se socorre de um Mariátegui (que considerara o atraso feudalista num contexto em que a burguesia latino-americana não desenvolvera o ímpeto revolucionário da via clássica); após esboçar a imagem do Brasil moderno na parte final do livro, cita um "estudioso" (seria Lênin de O programa agrário da social-democracia?), que lhe sugere avaliar a particularidade da modernização brasileira de modo "não-clássico", ao modo "prusiano", como chega a dizer.<sup>(18)</sup>

b. A descrença de Caio Prado Jr. na modernização

A insistência na feudalidade sempre encontrou pela frente o argumento da proliferação das relações capitalistas como a verdadeira "dialética econômica" predominante no campo brasileiro. Os seus

12 - A "courage ideológica" que envolveu o PCB ao longo do tempo. Vários os seus nomes: dogmatismo, estalinismo, marxismo-leninismo. Cf. *O partido*, S. Paulo, LECH, 1982.

13 - Cf. *A economia política brasileira*, 5a. ed., Vozes, Petrópolis, 1990. O texto mais correlato a essa construção de Sodré é a Declaração de Março de 1958.

14 - Cf. Leandro Konder. *Os intelectuais brasileiros & o marxismo*, Oficina de Livros, B. Horizonte, 1991. Konder registra a presença de Lukács da 3ª ed. (refundida) da *História da literatura brasileira* (a 1ª ed. é de 1938), da Editora José Olympio de 1960.

15 - O próprio autor reclama da reação ideológico-política a suas proposições, em função de ter sido partidário da resistência gradualista ao regime de 64. Cf. "A formação do capitalismo no Brasil", in: *Capitalismo e revolução burguesa no Brasil*, B. Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

16 - Idem.

17 - Cf. *Formação histórica do Brasil*, op. cit.

18 - Op. cit., p. 357.

críticos falam, por certo, do atraso agrário de um país subdesenvolvido; porém, numa dosagem inversa à de Sodré, de um atraso predominante em áreas residuais; e falam também de um atraso remanescente incrustado na agricultura moderna. Têm, no entanto, dificuldades em reconhecer a marcha capitalista sobre o conjunto da formação social, diferentemente de Sodré, que faz dela a sua aposta.

Neste contexto discursivo, Caio Prado representa a demarcação maior na historiografia brasileira.<sup>(19)</sup> Doutra parte, muito cedo Caio Prado afirmaria as suas divergências com o PCB, pelo menos, desde o IV Congresso convocado em 1947, mas só realizado sete anos depois. Já na Tribuna de Debates daquela ocasião ele criticava a leitura pecebista-feudalista (a agricultura sempre fora uma produção voltada para o mercado; a estrutura econômico-social da fazenda brasileira mais se parecendo com a fazenda romana escravista; em suma, a economia agrária brasileira desde o início sempre fora um sistema produtor baseado na grande empresa.<sup>(20)</sup>

Precocemente, Caio Prado insiste em distinguir o "caráter geral da colonização brasileira" da enfeudação clássica baseada na sobreposição de uma classe a uma estrutura social. Particularizava o caso brasileiro o fato de haver aqui uma grande mobilização de recursos e mão-de-obra forâneos para levar adiante a grande empresa orientada pelo mercado mundial.<sup>(21)</sup> Caio Prado consagraria mais ainda esse seu conceito de capitalismo agrário em Formação do Brasil contemporâneo, mas não consegue transcender a sua versão, "setorializando" a própria teoria agrária. A persistência serve-lhe para demolir a velha revolução agrária antifeudal pecebista, para a qual ele não encontrava razão na agricultura brasileira; no máximo, chega a propor a generalização da lei trabalhista, própria do sistema de grande empresa, como meio de erradicar as relações de subordinação pessoal do mundo agrário.<sup>(22)</sup> Ademais, Caio Prado contrapõe ao antiimperialismo burguês, a outra peça da concepção pecebista, a fra-

*A persistência serve-lhe para demolir a velha revolução agrária antifeudal pecebista, para a qual ele não encontrava razão na agricultura brasileira; no máximo, chega a propor a generalização da lei trabalhista, própria do sistema de grande empresa, como meio de erradicar as relações de subordinação pessoal do mundo agrário.*<sup>23</sup>

gilidade do "industrialismo artificial"; inclusive após-64 recusa importância à fase desenvolvimentista da "internacionalização do mercado interno", sempre vendo como traço atual da formação brasileira a contradição entre formas remanescentes do antigo Estatuto colonial da nação e a inconclusa construção de uma economia voltada para as necessidades da população através de um Estado verdadeiramente nacional.<sup>(23)</sup>

Já Carlos Nelson Coutinho encontra no Caio Prado Jr. de A evolução política do Brasil observações originais sobre o processo de modernização "pelo alto", similares (e elaboradas contemporaneamente) às de Gramsci, embora se veja logo obrigado a esclarecer que o historiador paulista, pela acentuação exagerada no atraso, perderia depois aquela brilhante intuição à hora de conceituar o curso moderno do país como um processo prussiano.<sup>(24)</sup> O deslize juvenil em priorizar a categoria da circulação (como Gramsci em relação à "minimização" do estudo econômico), lhe permitira chegar à teoria (hoje considerada definitiva) do Brasil Colônia; fora também um "êrro fecundo" para dar conta da lógica de uma sociedade colonial "mais externamente determinada", embora a originalidade sempre lhe valera a cobrança dos marxistas brasileiros. Posterior-

mente, é como se aquela "originalidade" se transfigurasse num simétrico economicista para caracterizar o Brasil urbano-industrial à hora que o "econômico esquecido" é repostado no marxismo-leninismo da obra madura.

Retidão, comunista dos mais

19 - Caio Prado interrompe a velha historiografia com a novidade do seu "ensaio de interpretação materialista da história brasileira" de 1933. O professor Roberto C. Simonsen nos dois volumes da sua *História Econômica do Brasil. 1500 - 1820*, por sua vez, prosseguiria procurando um novo conceito de economia brasileira ("verificado na história") que lhe desse uma "sociogenia brasileira" para dela se tirar partido das "possibilidades" da nação, em lugar da submissão ao determinismo dos meios. A rigor, Simonsen é o primeiro em considerar que o empreendimento colonial, armado no sistema do donatarismo, em nada se parecia com as instituições feudais. Ele insistia em que o que se fizera noutras nações, utilizando-se da iniciativa privada das grandes companhias, mais privilegiadas e melhor aparelhadas, para realizar a empresa colonial; aqui na Terra de Santa Cruz, similarmente, os homens da colonização habilitados pela Corôa portuguesa também eram grandes exploradores que tinham o motivo do lucro como seu único horizonte. Op. cit., vol. 1. Bem mais tarde, Gunder Frank introduz a controvérsia num artigo ("A agricultura brasileira e o mito do feudalismo") preparado para a *Revista Brasiliense*, mas só a primeira parte dele apareceu publicado no último número da revista (jan./fev. de 1964).

20 - 28Cf. "Três etapas do comunismo brasileiro" (artigo sem autoria em *Cadernos do nosso tempo* n° 2, jan./jun. 1954, a revista do grupo de Itatiaia), in S. Schwartzman: *O pensamento nacionalista e os "Cadernos de nosso tempo"*, C. dos Deputados/UNB, Brasília, 1982.

21 - Cf. *Evolução política do Brasil*, ed. Revista dos Tribunais, S. Paulo, 1933, pp.15/26.

22 - O argumento é o de que a conceituação leniniana — economia camponesa, extração não-econômica de excedente, ocupação efetiva da terra, empresariamento da produção, etc. — não encontrava correspondência no país. O que se pareceria à economia camponesa — a pequena produção — restringe-se a áreas de pouca importância econômica. E isso não podia fundamentar uma reforma agrária camponesa. Parcela esmagadora do trabalhador rural brasileiro vinculava-se aos principais setores produtivos como vendedores da força de trabalho. Cf. *A revolução brasileira*, Brasiliense, S. Paulo, 1966.

23 - Para Bresser Pereira a raiz dessa resistência em reconhecer a modernização brasileira do uso da categoria de circulação como critério definidor do capitalismo, naquela hora juvenil da sua teoria do Brasil Colônia. A partir daí o historiador nunca mais se afastaria da imagem sombria de Brasil. "De volta ao capital mercantil: Caio Prado Jr. e a crise da Nova República", in *Revista Brasileira de Ciência Política*, vol. 1, n° 1, UNB, Brasília, março de 1993.

24 - No texto de 1933 Caio Prado descreve os "traços de revolução pelo alto" da modernização brasileira da segunda metade do século passado. Cf. "A imagem de Brasil de Caio Prado Jr." (1989), in: *Cultura e sociedade no Brasil*, Belo Horizonte, Oficina de Livros, 1990.

comunistas, doutra parte, é preciso registrar que Caio Prado não passa à margem do seu partido como um estranho no ninho.<sup>(25)</sup> Apesar dos atavismos obreristas em relação à sua origem social, pode-se afirmar que o grande distanciamento de Caio Prado em relação ao PCB deve-se à diversidade das imagens de Brasil, consequência disso as leituras nuançadas que ambos faziam da conjuntura. Como hipótese poder-se-ia dizer que o fato de ele não elaborar uma "linha política" conforme a sua teoria de Brasil não é estranho. É sugestiva a existência de pontos de contato entre Caio Prado, que muito cedo recusara o "pecebismo político" das "improvisações" da tática de frente única<sup>(26)</sup>; e André Gunder Frank, um autor bem diferente, que também discute o antifeudalismo nas páginas da Revista Brasiliense. Quem sabe, entre eles não permeie a coincidência de ambos compartilharem o mesmo horizonte estagnacionista a que alimentava um único marxismo.<sup>(27)</sup>

Para avaliar o significado de época dessa ortodoxia econômica erigida em marxismo vale a pena registrar o que Daniel Pécaut uma vez chamou de clima de reversão paradigmática. A idéia é a de que, sob os efeitos desnordeantes do golpe de 64, *então se abandonara o modelo dos "obstáculos ao desenvolvimento"*, cuja remoção, segundo a ideologia da época, deveria ocorrer mediante uma "grande política" (mesmo uma política de frente única "economicista") para se adotar o paradigma da "causalidade dependentista-estrutural" das "novas" teorias. Depois do golpe, sem o Estado agens movens da cultura política industrialista, o clima tornava-se propício para as "teorias" sublinhadoras radicais do espectro da estagnação e do "desenvolvimento do subdesenvolvimento". Esse clima abria caminho para a reversão do plano da política que, se antes já indevidamente determinado pela economia, então desaparece por completo por trás do "estrutural". Pécaut observava ainda que, à medida que esse dependentismo, o das primeiras águas principalmente, tornava-se hege-

*Apesar dos atavismos obreristas em relação à sua origem social, pode-se afirmar que o grande distanciamento de Caio Prado em relação ao PCB deve-se à diversidade das imagens de Brasil, consequência disso as leituras nuançadas que ambos faziam da conjuntura.*

mônico, a política nesses anos *iria subsumir-se totalmente* ao plano da economia. E mais: a busca de uma compreensão para o revés — indispensável para uma esquerda em retirada — perdeu de vista as raízes políticas que envolveram o processo janguista na polarização e daí levou o regime para o impasse de 64.<sup>(28)</sup> Num rápido lance, nesse "novo horizonte" "não-tradicional" tudo se esclareceria; aberto o caminho para as ações as mais radicais, guiadas pela máxima arbitrariedade.

c. A contribuição dos eurocomunistas

O que era tentativa particularizante do modelo democrático-rurguês em Sodré desde uma propositura "desenvolvimentista" - democratizante<sup>(29)</sup> e intuição "gramsciana" - agrarista em Caio Prado, naquela intelectualidade eurocomunista serão pontos iniciais de um reequacionamento ainda maior do paradigma clássico na releitura da modernização brasileira.

Um vista d'olhos na evolução desses intelectuais mostraria que alguns deles são, a rigor, os primeiros nos idos dos anos 60 a se voltar para o prussianismo lukacsiano em busca de um enfoque novo para as questões da cultura brasileira.<sup>(30)</sup> Num deles, o conceito de via prussiana refere a modernização agrária num país que se desenvolvera por um caminho "lento e irregular", no qual

velhas forças e relações pretéritas foram sendo extirpadas sem os movimentos populares da "via francesa", numa simbiose do novo com o velho, mediante um "reformismo propiciado "pelo alto".<sup>(31)</sup> Esse traço marcara tanto a cultura política

25 - Gildo Marçal Brandão acha significativa a indiferença da militância comunista em relação a Caio Prado Jr. (Cf. *Capitalismo, democracia e comunismo*, tese de doutoramento, USP, S. Paulo, 1992. É verdade que sempre foi problemática a relação do historiador com o seu partido, como na época em que, presidindo a ANL, permanecera alheio aos preparativos do levante de 35. Parlamentar após a redemocratização; nunca foi chamado para escrever os "grandes documentos" (Cf. Danda Prado, apud Cláudio de Sousa Freitas, "Realidade Brasileira" e militância: o diálogo de Caio Prado com o PCB, dissertação de mestrado, CPDA/UFRRJ, Seropédica, RJ, 1993), mas sempre produziu extensas e polémicas intervenções para os debates congressuais (IV de 1947, V (1960), especialmente o VI, ao qual dedicou *A revolução brasileira*, em 1966.

26 - Um exemplo claríssimo dessa recusa aparece nos artigos escritos para a Tribuna de Debates da *Voz Operária*, preparatória do V Congresso do PCB (1960).

27 - O próprio Gunder Frank menciona Caio Prado entre os seus adeptos no ensaio "Desenvolvimento e subdesenvolvimento latino-americano" (1966), in: Luís Pereira: *Urbanização e subdesenvolvimento*, 6ª ed. Rio, Zahar, 1979. Frank cita o livro *História econômica do Brasil* (1945), mas não menciona *Formação do Brasil contemporânea*, em várias edições. Marco Aurélio Garcia, por sua parte, observa que, se até 64, Caio Prado ia contra a corrente, depois da derrota, as suas teses viram-se subitamente revalorizadas pelo desfecho dos acontecimentos que fragilizaram as políticas hegemônicas no interior das esquerdas. Embora... as "novas correntes" não acolhessem a parte programática oferecida por Caio Prado, muito diferente das exigidas pelo caráter socialista da revolução como elas propugnavam. Cf. "1968 — metamorfose na esquerda brasileira", ANPOCS, Águas de S. Pedro, 1988.

28 - Cf. *Os intelectuais e a política no Brasil*, Ática, S. Paulo, 1990.

29 - A referência temporã a Lukács crítico da estética não tem o mesmo sentido do prussianismo que lhes dariam os eurocomunistas depois. A menção explícita à via prussiana em *Formação histórica do Brasil* (1962) tampouco lhe fornece aproveitamento desse tipo. Com algumas ambiguidades "próprias" da cultura marxista-leninista (embora à época não eram poucos os textos comunistas italianos publicados na imprensa pecebista...), Sodré afirmou, contudo, que naquela conjuntura instável "pré-revolucionária": "A defesa da democracia, no processo da Revolução Brasileira, não se prendia, assim, ao supersticioso respeito a uma legalidade formal, mas à compreensão de que a democracia é o caminho apropriado ao seu desenvolvimento". Op. cit., p. 404.

30 - Cf. *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira* (Paz e terra, Rio de Janeiro, 1972), que contém ensaios de todo um grupo intelectual.

31 - C. N. Coutinho: "O significado de Lima Barreto na literatura brasileira" in *Realismo & anti-realismo na literatura brasileira*, op. cit.

brasileira que a mudança social se conceberia como um "destino fatal", donde a crença de que ela só adveria de "indivíduos excepcionais". Do divórcio povo-nação resultava difícil aparecer uma "autêntica consciência democrático-popular".<sup>(32)</sup> A *intelectualidade brasileira, como na Alemanha de Thomas Mann*, forjara-se também no intimismo à sombra do poder, um conceito criado pelo escritor para registrar a perda de progressismo nos intelectuais alemães, impotentes diante das mudanças "vindas de cima", quando então tendem a se colocar num plano aparentemente autônomo.<sup>(33)</sup>

Um segundo rumo interessante é a presença de O programa agrário da social-democracia russa em outros jovens intelectuais que recuperam o opúsculo do seu uso burocrático, para com ele resgatar a autonomia da política; aliás, como requeria a orientação gradualística de resistência, oposição e combate à ditadura praticada pelo PCB depois de 1964.

Um desses textos é o de Ivan Ribeiro onde ele utiliza o conceito de via prussiana para rediscutir, de forma pioneira, a reforma agrária dos anos 50, definida então como condição eliminatória do latifúndio e das relações pretéritas, obstáculos ao desenvolvimento burguês.<sup>(34)</sup> Como "via americana", a reforma agrária significava naquele tempo um processo de conversão do camponês dependente em proprietário protagonista da modernização da agricultura.<sup>(35)</sup> Com a evolução agrária pós-64 em direção oposta à prefigurada na tese (estagnacionista) do reformismo democrático-burguês, Ivan Ribeiro equacionava uma nova percepção da questão agrária. De um lado, não só o latifúndio não impedira que o capitalismo se fortalecera como também pouco agudizara as suas contradições com as frações industrial e comercial da burguesia; e, de outro, pela modernização experimentada, a agricultura já não era o setor mais atrasado da economia.<sup>(36)</sup>

A atenção de Ribeiro voltava-se para um capitalismo agrário sob a égide da grande propriedade, isto é, para um conjunto de transformações que progressivamente adap-

*Anos depois, os "efeitos  
superestruturais" da via  
prussiana, realçados  
pelos intelectuais  
"culturalistas" da  
primeira hora, voltariam  
a merecer atenção de  
alguns sobreviventes  
daquele agrupamento  
que, já numa outra fase,  
vive a adesão ao  
gramscismo  
propriamente político.*

tavam a agricultura, substituindo gradualmente os procedimentos feudais por procedimentos burgueses. Marcando a formação social brasileira com a coexistência permanente de "misérias modernas" com "misérias antigas", a reforma agrária manteria o seu papel fundamental na liquidação dos anacronismos, sem isso significar, porém, que a sua não-realização interditas-se o desenvolvimento capitalista, como se acreditou até bem entrados os anos 60; ao contrário a intenção de Ribeiro era deslocar a problemática do "estrutural" para os novos temas da cidadania e da democracia.<sup>(37)</sup>

Já para Luis Werneck Vianna, a ida a esse Lênin do prussianismo seria a colocação inicial do problema com vistas a uma nova leitura do processo de imposição industrialista. O que exigiria deslocar agora o tema da agricultura em si para o da busca da especificidade da formação social capitalista em torno da forma como se colocara o problema agrário. Particularmente na chave da movimentação das classes; de onde a análise leniniana projetava o provável curso das vias possíveis (se "americana" ou "prussiana"); donde, ademais, colocar-se iam os programas partidários e as possibilidades da práxis social, esta aberta para um ator político exigido de decisões de muita dramaticidade.<sup>(38)</sup>

Nessa reflexão, ao lado de Lênin, Moore ajuda a superar o

paradigma clássico, sobremaneira através da sua categoria de revoluções "vinda de cima".<sup>(39)</sup> Essa estatística particulariza a modernização brasileira, chamando a atenção para o fato de que o setor mais avançado em termos capitalistas, o grupo agro-exportador — impossibilitado de levar adiante o processo devido ao seu isolamento em relação às demais classes — ter sido desalojado por uma elite agrária menos desenvolvida, mas que se valerá do instrumento estatal para assumir outros papéis econômicos (empresário agrícola, industrial ou financeiro). Vista como mero registro historiográfico, a apropriação do velho Estádio vai resultar na conservação das estruturas agrárias e do sistema político, nisso assumindo feição "prussiana". Olhando-se doutro jeito, verifica-se, no entanto, que a aliança da elite agrária com os setores urbanos vai lhe conferir uma dimensão universalizadora; propulsionada não pelo grupo produtivo "pré-destinado", mas por uma amálgama de camadas médias que viverão o "Estado demiúrgico", "realizando a nacionalidade" da velha cultura. Esse é o núcleo argumentativo que singularizaria o processo, ao dar conta, simultaneamente, tanto da ausência dos industriais em 30, como dos efeitos trazidos pelo movimento varguista para a imposição de interesses industrialistas na estrutura econômica.

32 - Idem.

33 - Ademais, particularizava o caso brasileiro o fato de aqui eles dependerem o seu sustento da burocracia estatal.

34 - O texto de Ribeiro "Agricultura e capitalismo no Brasil", publicado na revista do PCB *Études brésiennes* n° 2, Paris, julho de 1975, sob o pseudônimo de Cláudio Barros, e republicado in: C. N. Coutinho e M. B. Albuquerque David (orgs.): *Agricultura, democracia e socialismo*, Paz e Terra, 1988.

35 - Idem.

36 - Idem.

37 - Poucos dias antes de sua morte, diante de secretários estaduais e técnicos agrícolas, Ribeiro frisara que o maior significado da reforma agrária dos anos 80 era mesmo a extensão da cidadania para milhões de indivíduos-produtores-consumidores. Palestra em João Pessoa, setembro de 1987.

38 - Cf. *Liberalismo e sindicato no Brasil*, ed. Paz e Terra, Rio de Janeiro, 2a. ed. 1978.

39 - Op. cit.; "O problema da cidadania na hora da transição democrática" in *Travessia*, Taurus, Rio de Janeiro, 1988.

Anos depois, os "efeitos superestruturais" da via prussiana, realçados pelos intelectuais "culturalistas" da primeira hora, voltariam a merecer atenção de alguns sobreviventes daquele agrupamento que, já numa outra fase, vive a adesão ao gramscismo propriamente político. A recomposição do modelo leniniano vai se fazer, agora, através do ensaio sobre o Risorgimento, no qual Gramsci retrata a experiência italiana muito próxima da via prussiana. Introduce-se este último conceito para ampliar o prussianismo, já considerado problemático pela sua concentração nos aspectos econômicos.

Ensaia-se claramente uma interpretação do *Brasil como via não-clássica*, uma versão sobre uma modernização capitalista sem a realização de uma revolução democrático-burguesa; ou de revolução de libertação nacional de moldura jacobina, como no pensamento pecebista da época mais stalinista. Na busca dessa outra versão não é só o conceito de revolução *passiva que se faz presente*. Também é decisiva a noção de "Estado ampliado". O primeiro conceito lembrado na transição brasileira para a modernidade. Haveriam exemplos confirmativos tanto da função estatal, substituindo o protagonismo burguês, como da exclusão transformística das massas, bem ilustrada pelo "populismo".<sup>(40)</sup> A teoria ampliada do Estado apoiará sobremaneira a caracterização do Brasil moderno, cuja *ocidentalidade*, pelas vias transversas da revolução passiva, aqui também já sugeria o abandono do modelo da III Internacional, em favor da tese gramsciana da "guerra de posições", como no eurocomunismo italiano, base de uma estratégia democrática socialista.<sup>(41)</sup>

Neste ponto é preciso uma "avaliação" e dizer que, se foi a política de frente única o ponto de partida comum às duas "correntes" eurocomunistas, será, no entanto, a leitura da formação social brasileira da primeira delas a que mais tentará conferir à luta pelas liberdades uma dimensão estratégica, pretendendo que os seus resultados haveriam de assumir a feição de uma verdadeira revolução política.

*Ensaia-se claramente uma interpretação do Brasil como via não-clássica, uma versão sobre uma modernização capitalista sem a realização de uma revolução democrático-burguesa; ou de revolução de libertação nacional de moldura jacobina, como no pensamento pecebista da época mais stalinista.*

Nisso lembrando os caminhos de adequação (tardia) da estrutura social e política colocados para a experiência da modernização prussiana; ou seja, o caminho da democratização política da sociedade (a revolução democrática engelsiana); e o da adaptação da estrutura política (conservando a estrutura social) à forma ocidental de democracia, como queria Weber.<sup>(42)</sup>

Ademais, tal ensaística pretendia colocar o tema da democratização brasileira em curso nos anos 80 numa perspectiva de formulação de uma outra praxis ocidentalista de esquerda.<sup>(43)</sup> As experiências européias de modernização conservadora tardia, onde não se criava uma adequada institucionalidade política eram lembradas como interessantes, porquanto à hora do colapso dos seus regimes autoritários, formava-se uma situação na qual a perspectiva da revolução subsumia a da transição.<sup>(44)</sup> Também recorria-se à teoria da modernização, desde logo denunciando o caráter espúrio da relação entre desenvolvimento e democracia, como queria a ideologia econômica. Por certo os processos modernizantes imprimiram pluralização às sociedades, mas isso não significava que tal pluralidade social se converteria naturalisticamente em pluralismo político.<sup>(45)</sup> A hipótese econômica só favorecerá a democratiza-

ção política, pelo fato de que, devido ao uso privatista que os regimes autoritários faziam da política, à hora do esvaziamento das ditaduras, dada a autonomia que lhe é própria, a política voltava-se contra a velha relação Estado/sociedade, assegurada até então pela força.<sup>(46)</sup> Observe-se ainda como se recorre à noção da continuidade orgânica com sucessivas *descontinuidades*, com a qual Gramsci se referira a 1789 como processo revolucionário longo. A intensão era esclarecer a particularidade do capitalismo brasileiro, que também teria tido na Independência, Abolição, 1930 e em 1964, ponto alto de um único movimento. Esse Gramsci é o que distingue a revolução burguesa sem hegemonia burguesa (conduzente à primazia da fração industrial), da fase mais avançada durante a qual já se consumou a subsunção real da população ao capital, afirmando-se a hegemonia burguesa. Teria sido esse o processo vivido nos anos 80, sob a circunstância de que, na fase de "conclusão da revolução burguesa", se agravava ainda mais a assimetria entre economia e política, de modo que, numa hora de fraco controle, movimentos sociais e alternativas políticas, a precariedade da institucionalidade e o privatismo no uso do Estado revelaram-se disfuncionais à retomada do crescimento. Nada assegurando que a resolução desse impasse levasse

40 - O famoso ensaio de Carlos Nelson Coutinho "A democracia como valor universal" foi publicado em 1979 na revista *Encontros com a civilização brasileira* n° 19. Também é dessa época "Gramsci e nós", in *A democracia como valor universal*, LECH. S.Paulo, 1980.

41 - Cf. "As categorias de Gramsci e a realidade brasileira", in *Gramsci*, op. cit.

42 - Lukács, "Algunas características del desarrollo de Alemania", op. cit.

43 - W. Vianna: "O papel da cidadania na hora da transição democrática", op. cit.; acerca da perspectiva "oriental" do problema ver o ensaio: "O Ocidente incompleto do PCB", IUPERJ, Rio de Janeiro, 1988.

44 - Argumentava-se que o conceito de transição, que na literatura clássica (de Tocqueville a Gershenkron, Eisentadt, etc.) surgira em alternativa ao de revolução, podia ser utilizado também num discurso marxista. Gramsci e Ingrao seriam os exemplos, o primeiro com o conceito de "guerra de posições" e o segundo com a tese da expansão da democracia política para o socialismo. Idem.

45 - Idem.

46 - Idem.

necessariamente a uma redemocratização liberalista de velha cepa.

"Percorrida" a rota que ia do leninismo autonomista da política ao gramscismo das vias não-clássicas, inclusive até bibliografias fora da tradição; ou "transitada" a posição lukacsiano-culturalista até o gramscismo político, os pontos de chegada, naturalmente, terminam sendo divergentes ao interior de um mesmo campo intelectual. Desconhecendo as teorias não-clássicas de Lênin, Lukács e Gramsci, mais diferentes, todavia, serão as imagens de Brasil produzidas pelos dois principais clássicos dos anos 50/60.

O comum entre todos eles reside no fato que representam discussões em torno de uma política pecebista exigida de um agir mais

diversificado. Os clássicos poderiam ser considerados, sem nenhum favor, como um sério esforço, desigual e inconcluso, de produzir uma nova teoria de Brasil. Os ensaístas dos anos mais recentes, indo além, distanciam-se, como diria Pécaut, tanto do paradigma da *política-consequência do "estrutural"*, "própria" (mas não uma necessidade incontornável) dos anos pós-64; quanto da fragmentação do fazer política, quando enfraquecem os grandes mitos unificadores por onde tudo se via. Seus nomes: marxismo-leninismo, nacional-desenvolvimentismo, dependência, nos tempos das certezas; democracia e transição, nas épocas da dúvida), que sempre haveria de ameaçar o pensamento de esquerda. Durante todo o

seu tempo, além dos problemas das suas teorias de Brasil, os primeiros arcaram com a pesada hipoteca do marxismo-leninismo e porisso, como já foi sugerido anteriormente, não puderam oferecer contribuição maior para uma política pecebista democrática. Os mais jovens depois pagariam o pedágio da origem comunista à hora de atravessar a crise do marxismo dos anos 70, num tempo de incompreensão (tardia) no interior do seu próprio partido. Talvez porisso tomariam posteriormente rumos diversos num momento em que ainda podiam (meados dos anos 80) dar muitos passos à frente para recuperar o retardo em que se achava o PCB, como noutra inspiração, já falara o publicista polêmico.